



PRÁTICAS DISCURSIVAS DE ALUN@S SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: DEMANDAS E *PERFORMANCES* TRANS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Tatine Penariol de Rosato¹

Resumo: O contexto da prática curricular, para além de um lugar de implementação de políticas, tem se presentificado como uma arena de subjetivação e re/significação mobilizada pelos diversos atores coletivos que compõem a escola. Por meio de um grupo focal, busca-se compreender como alun@s de Ensino Fundamental vêm significando demandas e *performances* de gênero trans (transexuais e travestis) na prática curricular. As práticas discursivas e o jogo da identidade estabelecidos nesta dinâmica grupal oferecem indícios de como @s alun@s conferem objetividade ao significante “trans”: “o velho sonho da simetria” ainda regula as práticas discursivas, no entanto, observa-se também a emergência de um sujeito que, ao enfrentar dispositivos de abjeção e aniquilação, tenciona significados voltados para uma *transautonomia*.

Palavras-chave: política de currículo, práticas discursivas, identidades trans.

Em recente pesquisa de mestrado (ROSATO, 2011) sobre a construção de identidades sexuais em uma política curricular, encontrei-me em uma profícua situação de entrevista em grupo focal junto à alun@s, cujas práticas discursivas criaram sentidos e significados para além dos objetivos e especulações teórico-metodológicas daquela pesquisa. Haja vista a complexidade imposta aos estudos sobre diversidade sexual, senti-me instigada pelo grupo a lançar um olhar mais aprofundado sobre demandas identitárias específicas, empreitada a qual me dedico na presente pesquisa. As especificidades de demandas as quais pretendo lançar-me à compreensão referem-se às chamadas identidades “trans”, abarcando neste significante a transexualidade e a travestilidade.

Uma situação relevante para se trazer o recorte das demandas trans ao centro das discussões refere-se ao fato de que, na atual arena de embates acerca dos direitos humanos de LGBT, a questão da des/patologização da transexualidade e travestilidade tem se intensificado, pois, no ano de 2013, serão revisados instrumentos de saúde que, entre outras doenças, delimitam o *Transtorno de Identidade de Gênero* (TIG), estigma patologizante das identidades trans. Este estigma, institucionalizado pelo saber médico,

¹ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Conselho Regional de Psicologia (CRP-18). E-mail: tatinepr@hotmail.com.

tem implicações culturais na significação destas identidades no currículo escolar e, portanto, dizem respeito às políticas curriculares e não, tão somente, às políticas públicas de saúde.

O contexto da prática curricular (BALL, 2011), para além de um lugar de implementação de políticas de currículo, tem se presentificado como uma arena de construção, subjetivação e ressignificação de políticas e identidades, mobilizada pelos diversos atores coletivos que compõe a escola. @s alun@s, sujeitos desta pesquisa, podem ser compreendidos como “atores coletivos” da prática curricular quando estes se apresentam

mobilizados em torno de uma exterioridade que [...] os ameaça ou desafia, ou seja, os desloca, fornecendo-lhes as condições de aglutinarem grupos e pessoas díspares em torno de uma ‘preocupação’ ou ‘demanda’ comuns, mas ao mesmo tempo lhes impedindo de se apresentarem como identidades sólidas e naturais, dado que o que são depende irrecusavelmente do outro a quem ‘elegeram’ como objeto de sua agressividade ou do seu amor. (BURITY, s/d, p.3)

Tais atores coletivos foram convidados para uma dinâmica de grupo focal, na qual fizeram parte quatro alun@s (14 e 15 anos de idade) de Ensino Fundamental. Objetivou-se compreender a prática discursiva d@s mesm@s, no que se refere a identificação de atos discriminatórios contra LGBT² (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) na escola. Neste percalço, violências contra pessoas trans foram imediatamente identificadas pel@s alun@s e o grupo passou a ser instigado a se posicionar frente à questão. Tais posicionamentos/discursos/significações, enfim, tais práticas discursivas referentes às identidades trans apresentam-se como objeto de análise nesta pesquisa.

Laclau (2000, p.284 *apud* BURITY, 2010, p.8) delinea uma noção de “discurso” como sendo “o conjunto das regras mais as ações que as implementam/distorcem/subvertem”. Nesta perspectiva, as práticas discursivas compreendem uma complexidade lingüística de significados coletivos em constante tencionamento com outros/novos significados e sentidos pessoais. Os significados, vivenciados coletivamente, podem assumir perspectivas de implementação ou defesa de uma suposta “originalidade/naturalidade” de significados; como de distorção, assumindo novas perspectivas de análise, mas que não questionam, propriamente, esta “originalidade/naturalidade” e; de subversão, na qual há um tencionamento por colocar

² Sigla utilizada e momentaneamente legitimada/hegemonizada durante a II Conferência Nacional de Direitos Humanos de LGBT (2011).

em cheque a própria estrutura de valores/crenças que significam, que dão nome ou não às coisas. A subversão discursiva aposta no significante vazio como categoria de ação e a “objetividade” deste significante se dá propriamente na “relação”, na prática discursiva.

O discurso é o terreno primário de constituição da objetividade como tal. Por discurso, como já tentei esclarecer várias vezes, não quero dizer algo que seja essencialmente restrito às áreas da fala e da escrita, mas qualquer complexo de elementos no qual as *relações* cumpram um papel constitutivo. Isto quer dizer que os elementos não pre-existem ao complexo relacional mas se constituem através dele. Assim, “relação” e “objetividade” são sinônimos (LACLAU, 2005, p. 68 *apud* BURITY, 2010, p.8).

As práticas discursivas tencionadas pel@s alun@s no grupo focal, uma vez que estas/es elegeram as identidades trans como objeto de significação, incitaram questionamentos sobre as formas como vem sendo subjetivada a importância de corpos que desafiam fronteiras de gênero e desestabilizam a heteronormatividade na escola: como, a partir da proposta de Laclau, @s alun@s objetivam o significante “trans” em suas práticas discursivas no grupo focal?

Para além da pretensão de sedimentar uma noção entrincheirada de identidade trans, proponho um olhar sobre demandas trans na vivência da prática curricular, sobre especificidades que de forma alguma dizem respeito apenas aos direitos da população trans, mas que estão inseridas na própria noção de democracia pluralista (MOUFFE, 2005) apropriada nesta pesquisa. Desta forma, considera-se a existência de equivalências de demandas nas propostas/reivindicações dos diversos atores sociais que compõem a política curricular, uma vez que o significante da promoção de direitos humanos tem perpassado o discurso de vários desses atores coletivos.

Noções fronteiriças de identidade, que buscam demarcar e fixar previamente qualidades e defeitos como intrínsecas a determinado grupo identitário, corroboram com uma noção de democracia na qual o antagonismo pauta a arena de embates entre inimig@s declarad@s. Partindo para uma noção de democracia pluralista, Mouffe (2005, p.22) aponta a necessidade de “subverter a sempre presente tentação existente nas sociedades democráticas de naturalizar suas fronteiras e ‘essencializar’ identidades” e, neste sentido, de se vivenciar as arenas de embates de forma menos determinista e abismal, propondo a noção de que, no embate político, existem “adversári@s” e não inimig@s incondicionais. Esta concepção de democracia, portanto, auxilia na compreensão dos discursos d@s alun@s, enquanto atores coletivos, como lugar de tencionamentos e significações das identidades trans.

Considera-se, no entanto, que estes tencionamentos não ocorrem somente ao nível da razão, mas encontram-se imbuídos em um aparato de identificações imaginárias. O “jogo da identidade” (BURITY, s/d) aponta para sujeitos estabelecendo relações imaginárias de aproximação/afastamento com/do Outro. Imagina-se, neste jogo, que a falta constitutiva do sujeito será preenchida no encontro com o Outro e, é justamente nesta relação discursiva, que ocorrem as chamadas identificações. O paradoxo desta relação, no entanto, consiste no fato de que o sujeito do inconsciente não satisfaz seu desejo por completude ao identificar-se com o Outro: este sujeito, via de regra, se decepciona com os objetos identificatórios, pela própria incapacidade deste em preencher sua falta constituinte. Assim, somente se poderia supor a existência de identidades enquanto a delinear-mos como provisórias e performatizadas por um sujeito de passagem, por um sujeito que é “um precipitado de práticas identificatórias” (BURITY, s/d, p.3) e cujo lugar “é o do deslocamento” (*Idem*, p.20).

Diante destas identificações imaginárias travadas no jogo das identidades, indago: como @s alun@s, enquanto atores coletivos da prática curricular, têm se identificado/afastado das identidades trans? Como esta relação imaginária tem construído discursivamente tais identidades?

Admito, ainda que provisoriamente, que reconhecer direitos específicos destas identidades implica no risco de um manuseio de particularismos identitários, caso não haja cuidado com a noção de sujeito com a qual se trabalha. Tendo isto em vista, gravo para a noção de sujeito proposta por Burity (s/d, p.22), na qual

o sujeito só emerge na e pela ordem simbólica (linguagem, cultura, tradição), por meio da fixação de um significante e, a partir deste, a construção retroativa do que é. É na ordem simbólica que o sujeito se fixa a um significante (não somente nem definitivamente um, é certo), que o representará para outro significante (representante de um outro sujeito, etc.).

Assim, o sujeito da transexualidade e da travestilidade, ou mesmo o significante “trans” que se constrói acerca destes sujeitos, encontra-se imbuído em um jogo imaginário de identificações/afastamentos. Uma vez que o sujeito do inconsciente não se completa em relação alguma no Outro, a fixação de sentidos e significados ocorre momentaneamente e em nível simbólico, provisório e instável.

No que se refere à construção da sexualidade do sujeito, Butler (2010, p.194) sugere a “identificação como fantasia ou incorporação posta em ato”, ou seja, assinala a fragilidade da razão em conduzir os processos identificatórios. Pontuando o corpo como *locus* cultural destas construções, a autora sugere ainda que

em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos, atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (BUTLER, 2010, p. 194)

Quando identidades trans desestabilizam normas de gênero em suas *performances* corporais e subvertem naturalizações acerca da sexualidade, parecem ficar sujeitas à punição social, em lugares institucionalizados, como a escola. No contexto da prática curricular, encontraremos nas análises subseqüentes um delineamento de como @s alun@s têm subjetivado e se posicionado frente às *performances* trans.

A técnica de grupo focal utilizada consiste, nesta pesquisa, em um processo discursivo grupal no qual @s alun@s são instigad@s a falar e, neste processo relacional, a objetivar significados. O grupo focal em questão é formado por quatro alun@s do Ensino Fundamental: Teca (14 anos), Babi (14 anos), Nina (14 anos) e Guto (15 anos).

Uma das questões norteadoras do debate referia-se à homofobia na escola, ou seja, na identificação, por parte d@s alun@s, de atos discriminatórios contra LGBT neste contexto da prática curricular. Passemos à leitura e compreensão dos discursos travados, no processo grupal, em torno desta questão:

Entrevistadora: Eu queria, agora, perguntar se vocês já presenciaram algum tipo de violência homofóbica aqui na escola. Não precisa ser um caso extremo. Às vezes é uma violência verbal, xingar alguém.

Teca: Já. Aquele J., aquele menino da tarde, aquele que é gay.

Babi: Moreninho?

Teca: Aquele gordinho. Tudo mundo *zua* ele.

Entrevistadora: Por ele ser gay?

Guto: Mas, no caso, ele é assumido, né?

Teca: É. Até demais. Só com samba!

Entrevistadora: “Só com samba” é como?

Guto: Ele é afeminado.

Teca: Ele fala que ele tem um... Ele fala que ele tirou o *psit* dele e tem uma vagina. Em outra linguagem, né? Ele diz que tem.

Babi: Acho que ele quer ser *zuado*.

Teca: Ele quer chamar atenção, parece. Aí ele vem com uns óculos super feminino, brinco, uniforme e chinelinho havaiana. Ah, dá um tempo, né?

Nina: Coloca a blusa assim, para mostrar a barriga.

A *performance* atua como um dispositivo, como uma *ficção reguladora* (BUTLER, 2010) que identifica o sujeito dentro – no centro ou à margem, mas dentro – do binarismo sexual. Tendo em vista que a pergunta da entrevistadora dizia respeito à sexualidade e identidades de gênero, e não apenas à identidades trans, é notável a pronta identificação acerca de quem se encontra em uma situação de violência homofóbica³ no ambiente escolar: um/a alun@ que rompe corporalmente com

O “velho sonho da simetria”, como chamou-o Irigaray, é aqui pressuposto, reificado e racionalizado, seja como paradigma naturalista que estabelece uma continuidade causal entre sexo, gênero e desejo, seja como um paradigma expressivo autêntico, no qual se diz que um eu verdadeiro é simultânea ou sucessivamente revelado no sexo, no gênero e no desejo (BUTLER, 2010, p.45)

O grupo identifica, portanto, uma *performance* trans. A visibilidade conferida as *performances* de gênero atuam como mecanismo de regulação da sexualidade, uma vez que “as práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade” (BENTO, 2011, p.552).

Quando Babi anuncia “acho que ele quer ser zuado”, questiona se a *performance* trans em questão, percebendo que age fora da ordem, da lei, dos padrões estabelecidos para se viver a sexualidade, ou seja, que está em uma posição subversiva e desprivilegiada de poder, somente manteria tal comportamento caso quisesse ser punido.

Teca anuncia um posicionamento de enfrentamento desta/e alun@ trans, quando diz que “ele fala que tirou o *psit* dele e tem uma vagina”. Diante da heterossexualidade compulsória, esta vivência trans na escola parece optar pela provocação, mas não deixando de representar em sua prática discursiva que “os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminilidade versus pênis-homem-masculinidade” (BENTO, 2011, p.553).

Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência [...] são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou ‘efeito’ de ambos na

³ Segundo Louro (1997, p.28) a homofobia “pode se expressar ainda numa espécie de ‘terror em relação à perda do gênero’, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher ‘reais’ ou ‘autênticos/as’”. Nesta leitura mais ampliada do termo “homofobia”, a autora abarca as violências contra lésbicas (lesbofobia) e contra trans (transfobia). Tendo isto em vista, admite-se este mesmo significado para o termo “transfobia”, adotado nesta pesquisa.

manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2010, p.38)

Inicialmente o grupo identifica a *performance* feminina d@ alun@ trans com certa confusão, afirmando que seria um gay afeminado, “só com samba”. Isto não indica uma desconstrução/subversão discursiva de fronteiras identitárias, mas uma profunda dificuldade de compreensão da *performance* trans: não se nomeia esta *performance* por ainda ser algo ininteligível e, como tal, passível de desconfiança e punição. Há, nesta perspectiva de análise, uma abjeção destas identidades no imaginário identificatório d@s alun@s.

Existem demandas trans por legitimação e reconhecimento de suas *performances* identitárias enquanto possibilidade de se vivenciar a sexualidade para além de constructos binários e biologizantes. Há demanda por sentidos e significados que insiram estas identidades em categorias políticas inteligíveis e, concomitantemente, há urgência em se desfragmentar ou desautorizar a heterossexualidade compulsória.

O grupo continua a desenvolver seus argumentos discursivos acerca d@ mesm@ alun@, tencionando outras demandas trans esvaziadas de acolhimento nesta estrutura de sentidos:

Teca: Toda vez que ele está de manhã, ele vem para os cursos do Mais Educação, ele toma banho no banheiro das meninas. Eu já falei que, quando eu for tomar banho, eu quero que ele saia de lá porque ele pode ser o que for, mas, né? Ele, tipo assim, chama os meninos de gatinho e os meninos grilam, né? Como todo menino machão. E ele passa a mão, os meninos não batem, assim, de dar surra, mas...

Entrevistadora: Xingam?

Teca: Não, dá soco forte nele, assim.

Entrevistadora: E o que vocês acham disso?

Teca: Às vezes é merecido porque ele provoca.

Nina: Por chamar muita atenção, né?

Entrevistadora: Provoca como?

Teca: Ele provoca pra chamar atenção e parece que ele quer que os meninos fiquem batendo nele, só pode, xingando ele.

Nina: Uma falta de amor pra ele, né?

Babi: Ele não tem outro jeito de chamar atenção, então ele está muito errado. Ele não fala coisa com coisa, fica falando que fez uma cirurgia. Quer apanhar.

Neste jogo das identidades, a heterossexualidade compulsória exige seu lugar central de poder de decisão nos e acerca dos espaços públicos: o uso do banheiro é reivindicado por Teca como de exclusividade para mulheres “bio”, demarcando uma imaginária e forte convicção de que este posicionamento se trata de um direito “natural”.

A violência é justificada pelo grupo como uma punição merecida a uma *performance* de gênero contestadora.

O fato de o grupo significar que a *performance* trans “chama a atenção” na escola e que @ alun@ trans reitera seu comportamento notadamente subversivo para aquela comunidade, indica um posicionamento contestador por parte desta/e alun@, de enfrentamento, uma vez que esta/e *escolhe* manter sua *performance* de gênero na escola. Corroboro com a noção de que a orientação sexual, a *performance* e a identidade de gênero não são escolhas no sentido cartesiano da palavra, no entanto, considero o enfrentamento, o “sair do armário” um ato/posicionamento político de escolha, ainda que esta escolha esteja imbuída nas várias dimensões da vida e em outras diversas identidades/identificações que o sujeito possa *performatizar*. E, se é escolha, é uma decisão política, de um sujeito

que emerge no momento da decisão, da resposta a um chamado que não escolheu e que talvez até não reconheça de onde/quem procede, mas perante o qual, ao responder – e só é sujeito em respondendo – torna-se responsável: precisamente porque o sujeito calcula, decide, o momento da decisão não é uma decorrência dos ditames da estrutura, não é uma mera dedução a partir de uma análise da situação/conjuntura, não é uma mera derivação do que o sujeito já é. O sujeito é infinitamente responsável face ao outro. O sujeito jamais consegue recolher-se no repouso do seu lugar próprio, onde ele é ele mesmo, onde ele sabe exatamente o que quer e como fazer para realizar esta vontade. Mas nem por isso ele deixa de existir, morre, desvanece. (BURITY, s/d, p.18)

A diferença delineada como “trans”, a emergência do sujeito trans, parece causar um profundo processo de estranhamento no grupo e uma ausência de identificações e acolhimentos.

Há indícios, nestas práticas discursivas, de que as vivências trans encontram-se na dimensão da loucura/doença mental, estando inseridas, portanto, em um lugar desfavorável de poder no qual há ausência de sentidos, estranhamento da diferença, descrédito, ininteligibilidade: “ele não fala coisa com coisa”.

Atualmente, a discussão/tencionamento em torno da des/patologização⁴ de identidades trans está sendo provocada por diversos atores coletivos. O discurso médico, ao legitimar uma categoria identitária como “doença mental” tem reforçado a transfobia, na medida em que institui cientificamente o lugar do não-saber a tais

⁴ Estas identidades de gênero ainda são patologizadas pelo discurso médico, sendo apontada como “doença mental” nos atuais Código Internacional de Doenças (CID-10) e Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-IV). Em 2013 estes instrumentos discursivos serão atualizados, intensificando atualmente os debates e questionamentos em torno desta demanda.

identidades: o diagnóstico de TIG é bastante questionável na medida em que parte justamente do parâmetro cultural da heterossexualidade compulsória. Butler (2009, p.97) pontua que “a firme oposição ao diagnóstico se dá porque ele continua a patologizar como doença mental o que deveria ser, ao contrário, entendido como uma possibilidade entre outras de determinar o próprio gênero”. Diante da transfobia corroboro com a autora quando esta aponta que “algumas vezes o diagnóstico assassina a alma” (BUTLER, 2009, p.98).

Considerando o pluralismo das arenas discursivas, destaco ainda um agonismo presente nesta demanda por despatologização das identidades trans: no terreno das políticas de saúde pública, a despatologização pode significar a perda do direito de transicionar/transformar o corpo sexuado ao gênero vivenciado psicossocialmente. Atualmente, o processo de transição/transformação de gênero é um direito garantido no sistema de saúde como uma “cura” ao TIG. Uma vez despatologizadas as identidades trans, o cinismo transfóbico de alguns atores coletivos podem tencionar políticas de saúde que não garantam mais este direito à autonomia. Mouffe (2005, p.19) aponta que “para o ‘pluralismo agonístico’, a tarefa primordial da política democrática não é eliminar as paixões da esfera do público, de modo a tornar possível um consenso racional, mas mobilizar tais paixões em prol de desígnios democráticos”.

Tenho considerado que os atores coletivos que defendem a patologização das identidades trans (no “terreno” das políticas de saúde pública) também estão implicados no jogo da identidade travado no contexto da prática curricular, uma vez que arena discursiva é a mesma: significar as identidades trans.

Dando continuidade às análises, encontramos outras práticas discursivas no grupo que tencionam um lugar desfavorável de poder às identidades trans:

Teca: Ele quer chamar a atenção por quê? Porque quando ele era menino, nenhuma menina queria ele e, agora que virou menina, nenhum menino quer ele. Aí ele tem que achar um jeito de chamar a atenção.

Babi: Só tem uma solução para isso, morrer. Não tem outro jeito.

Há indícios da lógica heteronormativa na qual se reforça no discurso de que meninos se interessam afetivo-sexualmente por meninas e vice-versa. A orientação sexual (heterossexual, homossexual e bissexual) tem sido diferenciada da identidade de gênero (LGBT) e da *performance* de gênero (feminina e masculina), o que tenciona uma discussão no sentido de que as vivências trans não são necessariamente heterossexuais, como Teca compreende.

De fato, as correlações entre identidade de gênero e orientação sexual são, na melhor das hipóteses, turvas: não se pode prever, com base no gênero de uma pessoa, qual identidade de gênero ela terá ou quais direções do desejo essa pessoa, ao final, levará em consideração e seguirá. (BUTLER, 2009, p.100)

A impossibilidade de se vivenciar a sexualidade para além de uma matriz heterossexual é pontuada por Babi: “Só tem uma solução para isso, morrer”. Neste discurso presentifica-se uma noção imaginária de que as identidades trans encontram-se absoluta e irrevogavelmente impossíveis de existir, de co-existir, potencialmente mortas. A aniquilação do sujeito, do direito a existir, é enfático: “Não tem outro jeito”. Não se questionou, nesta prática discursiva, a transfobia presente nas relações, delineando uma compreensão, neste momento, de que o problema é a própria reivindicação trans de viver no mundo. Deste discurso, podemos depreender os mecanismos subjetivos que compõe o que Bento (2011, p.554) propõe como “heteroterrorismo”:

Os “normais” negam-se a reconhecer a presença da margem no centro como elemento estruturante e indispensável. Daí as instituições eliminarem-na obsessivamente por insultos, leis, castigos, assassinatos. As mortes das travestis e transexuais se caracterizam pelo ritual de perversidade. Não basta um tiro, uma facada. Não basta matar uma vez. [...] Quem está morto? A margem? Não seria o medo de o centro admitir que ela (a transexual/a margem) me habita e me apavora? Antes matá-la. Antes agir em nome da norma, da lei e fazer a assepsia que garantirá o bom funcionamento e a regulação das normas. (BENTO, 2011, p.554)

O discurso grupal, portanto, agiu como uma forma de implementar a transfobia, regular a ordem binária em termos da heterossexualidade compulsória. Retomando a discussão, evidencia-se também, concomitante ao discurso regulatório, a distorção ou confusão em torno dos significados sobre identidades trans:

Guto: Eu acho que é mais uma coisa da juventude dele. Eu acho que quando ele ficar mais velho, acho que ele vai cair em si e vai ver que, acho que isso não é uma coisa que uma pessoa normal faça. Por exemplo, quando ele fala que fez uma cirurgia de mudança de sexo... Como uma pessoa dessa consegue trabalho normal? Não PE uma coisa assim tão fácil de arrumar. E eu acho, sei lá, mais pela sociedade, que ele vai ser obrigado a tomar um rumo: no caso um travesti normal ou um homem. Eu acho que a sociedade não tem espaço específico para esse tipo de pessoa.

Entrevistadora: Como assim, travesti é...?

Guto: Não travesti... Porque, tipo assim, tem travestis que são realmente... Você olha assim e pensa que é uma mulher, são muito parecidas... Mas eu acho que uma, muita travesti que é aquele que é bem masculino mesmo, eu acho que é bem discriminado.

A ambigüidade sexual parece incomodar o olhar perpetrado pelo binarismo. Guto anuncia esta tensão ao pontuar a necessidade do enquadre em categorias inteligíveis de sentidos, pois, fora desta lógica não haveria lugar para as pessoas trans existirem: “eu acho que a sociedade não tem espaço específico para esse tipo de pessoa”.

As práticas discursivas tencionadas neste grupo focal, portanto, nos oferecem indícios de um contexto da prática curricular permeado por dispositivos de afastamento identificatório em relação às vivências trans, assim como de significações acerca destas identidades pautadas na tentativa de implementação de leis gerais e excludentes, como o binarismo sexual. Entre estes dispositivos, destaco: a heteronormatividade compulsória; a transfobia; as *performances* de gênero como ficção reguladora; as identidades trans delimitadas ao lugar do ininteligível, do patológico e da abjeção; a aniquilação do sujeito trans e o heteroterrorismo latente.

Há também indícios de enfrentamento/subversão destes dispositivos, protagonizado pel@ alun@ de *performance* trans: ao tencionar tais dispositivos, ela/e “chama a atenção” para a emergência de um sujeito de direitos, um sujeito que, como tal, compõe a arena discursiva de embates pela significação de identidades trans.

Frente a estas práticas discursivas que tencionam as identidades trans em um lugar desfavorável de poder, emergem algumas demandas referentes ao reconhecimento de direitos específicos. Destaco a urgência por políticas curriculares voltadas para a desconstrução de valores/crenças heteronormativas e sexistas, assim como de enfrentamento à trans/lesbo/homofóbicas. Nesta empreitada pela autonomia e emergência do sujeito trans, a despatologização dessas identidades é pontual, assim como o direito ao processo de transição/transformação corporal ao encontro do gênero.

A *transautonomia* (BUTLER, 2009) perpassa por um jogo da identidade travado em lugares políticos indissociáveis, tais como: os contextos das políticas de currículo e de saúde, os corpos, a produção das diferenças, a emergência de sujeitos da escolha e dos atores coletivos. A *transautonomia* nos remete, assim, aos significados políticos produzidos pelas/nas práticas discursivas.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In*:

BALL, S.; MAINARDES, J. (Org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2001. p.21-53.

BENTO, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. Revista Estudos Feministas. Maio-agosto. Florianópolis: 2011.

BURITY, Joanildo. *Teoria do discurso e educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política*. Revista Teias, v.11, n.22, Rio de Janeiro, 2010.

_____. *Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos*. Colección INPSO, Instituto de Pesquisas Sociais. FUNDAJ, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, Pernambuco, Brasil.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. Physis Revista de Saúde Coletiva. n.19. Rio de Janeiro, 2009. P 95-126.

BUTLER, Judith. *Problema de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ROSATO, Tatine. *Reforma de currículo e identidades sexuais: performances de gênero em adolescentes de escolas estaduais de Ensino Fundamental em Cuiabá*. Cuiabá (MT): IE/UFMT, 2011.